

AÇÕES DA CONTAG FRENTE À REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, por meio de sua Secretaria de Políticas Sociais, informa que diante do pronunciamento da Presidenta Dilma Rousseff, feita no dia 02 de fevereiro em sua visita no Congresso Nacional de que a Reforma da Previdência é inevitável, torna-se necessário intensificarmos a vigilância e a luta em defesa de nossos direitos.

A CONTAG, desde o início do segundo semestre de 2015, se antecipou para contrapor as ameaças de retirada ou restrição de direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Segurados Especiais da Previdência Social e realizou várias ações.

No âmbito externo:

- Desde as ameaças de reforma da previdência, a CONTAG já se posicionou publicamente três vezes através de notas públicas, se contrapondo as declarações do então Ministério da Fazenda Joaquim Levy; do Congresso Nacional através do Relator do Orçamento Ricardo Barros – PP do Paraná; das matérias e artigos que a imprensa tem publicado com muita ênfase sobre a Reforma da Previdência Social;
- A CONTAG, através de seus diretores e assessores, tem se posicionado contrária à reforma da Previdência em todas as entrevistas de rádios e televisão que participa;
- A CONTAG tem se manifestado contrária à restrição ou retirada de direitos em todos os Conselhos de governo, nas reuniões do Fórum Trabalho, Emprego, Renda e Previdência Social e em todas as reuniões do Ministério da Previdência que fomos convidados para tratar do assunto.

No âmbito interno:

- No mês de novembro de 2015, a CONTAG articulou uma reunião com a Central Única dos Trabalhadores - CUT e a Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB, onde firmamos posição conjunta na defesa de todos os direitos conquistados em toda nossa trajetória de luta.
- Por deliberação da Diretoria e do Conselho Deliberativo da CONTAG, criamos um Grupo de Trabalho (GT Previdência Rural) formado por diretores e assessores da CONTAG, ampliando à participação com outras entidades e instituições parceiras como: Dieese, IPEA, CNBB, ANFIP, IBDP, CEAP, DIAP, entre outros, para elaborarmos um documento que oriente a fazer o debate e a defesa de nossos direitos. Para agilizarmos os trabalhos, contratou-se uma consultoria com experiência em Previdência para auxiliar nos trabalhos do grupo. O documento será apresentado nos Encontros das Regionais da CONTAG, que serão realizados entre os dias 29 de fevereiro a 04 de março de 2016 e, se necessário, será convocada uma reunião de emergência com as Federações em Brasília/DF.
- Iniciamos diálogo com outros movimentos Sociais do Campo, como o MST, MMC, Via Campesina, MLT, entre outros, para somarmos forças e pensarmos em estratégias de mobilização para os momentos adequados de pressão junto ao Governo e ao Congresso Nacional.

O Grupo de Trabalho que foi constituído indicou várias ações estratégicas para a luta em defesa da Previdência Rural, dentre elas destacamos:

- Realização de um Seminário Nacional em Defesa da Previdência Rural com representação das organizações do Campo para apresentar o documento, receber contribuições e garantir unidade em torno da defesa da nossa previdência Social;
- Realização de uma Audiência Pública no mês de março na Câmara dos Deputados para discutir os direitos previdenciários dos trabalhadores (as) rurais no regime Geral da Previdência Social e a sustentabilidade do sistema de seguridade, conforme prevê a Constituição Federal. Esta audiência está sendo organizada em conjunto com a

Coordenação da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Rural na Câmara dos Deputados, Deputado Elvino Bohn Gass.

A CONTAG defende que nenhum direito seja retirado e propõe ações que devem ser feitas pelo governo para o fortalecimento da Previdência Social, são elas:

- **Garantir o financiamento da Seguridade Social previsto na Constituição Brasileira** - Propomos que o governo garanta que a arrecadação da seguridade social seja destinada a custear a Saúde, Assistência Social e a Previdência Social, conforme previsto em Lei. Atualmente essa arrecadação tem servido para o governo cobrir o rombo de outras despesas, por exemplo, o rombo da dívida pública.
- **Fim das renúncias fiscais nas exportações dos produtos agrícolas** - O Brasil é um celeiro na produção e na exportação de grãos, no entanto, desde o ano de 2001, com a Emenda Constitucional n.º 33/2001, o Congresso Nacional isentou as empresas exportadoras de recolher a contribuição para a Previdência Social sobre a venda dos produtos agrícolas vendidos para fora do País. Ou seja, a contribuição previdenciária que o agricultor familiar paga quando vende sua produção acaba sendo apropriada indevidamente pelas empresas que fazem a exportação daqueles produtos agrícolas que são exportados.
- **Aperfeiçoar os mecanismos de arrecadação e controle como medida de combater a sonegação das contribuições para a seguridade social** - O índice de sonegação das contribuições para a seguridade social ainda é muito alto, seja na área urbana ou rural. As contribuições que incidem sobre a venda da produção agrícola não são repassadas adequadamente. Há previsão legal que determina o recolhimento de 2,1% sobre a venda da produção comercializada pelo produtor rural pessoa física/agricultura familiar e de 2,6% para as pessoas jurídicas. No entanto, uma grande parte dessa contribuição não é recolhida, sobretudo pelas empresas que compram a produção das pessoas físicas. É importante também que se dê maior agilidade na cobrança dos créditos previdenciários já constituídos.
- **Eliminar a informalidade da mão de obra assalariada no campo** – Há cerca de 4,5 milhões de assalariados/as rurais no campo brasileiro, no entanto, estima-se que somente 40% destes trabalhadores/as têm carteira assinada. É preciso aprimorar e simplificar mecanismos que facilitem a formalização.
- **Combater as fraudes na Previdência Social** – Continuar aperfeiçoando mecanismos de controle e de acesso aos benefícios previdenciários é indispensável para combater as fraudes que sangram os recursos da previdência social.

Companheiros e Companheiras, nossa missão é bastante árdua. Temos clareza que nossas propostas por si só não são suficientes. Precisamos mobilizar nossa base para que, no momento certo, possamos ocupar as ruas e, se necessário for, utilizar de outras estratégias para garantir nossos direitos, seja junto ao Governo Federal ou ao Congresso Nacional.

A partir dessas informações, é preciso que cada companheiro e companheira mobilize a base para fortalecer a nossa luta. Várias ações podem ser feitas: conversem com outras organizações para fortalecer a mobilização, solicitem audiências com Prefeitos (as), Vereadores (as), Deputados (as) Estaduais e Federais, Senadores (as), a fim de que possam se posicionar do lado dos (as) trabalhadores (as) rurais. Utilizem os programas de rádio, jornais, reuniões e assembleias com os trabalhadores e trabalhadoras sensibilizando-os e alertando-os para que, nos momentos de mobilizações, possamos contar a participação de grande número de pessoas.

DIRETORIA CONTAG